

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - UNICALDAS

Apresentação da IES

A UNICALDAS - FACULDADE DE CALDAS NOVAS, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Caldas – GO na Avenida Portal do Lago, Quadra 09, lotes 01 a 28, Loteamento Portal do Lago – CEP 75.690.000- é um estabelecimento isolado de ensino superior particular, mantido pela SOCIEDADE DE ENSINO DE CALDAS NOVAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Caldas Novas - Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob N° 3.494.082/0001-66, com seu Contrato Social registrado, sob o N° 327 no livro N° B 16, fls. 014 no Cartório do 2º Ofício de Notas de Caldas Novas, no dia 05 de outubro de 1999.

A UNICALDAS - FACULDADE DE CALDAS NOVAS rege-se pela legislação do Sistema Federal de Ensino, pelo seu Regimento Interno, que se encontra devidamente aprovado (Relatório nº 23/2002 da Secretaria de Educação Superior do MEC e Portaria Ministerial nº 646, de 7 de março de 2002, publicada no DOU de 8/3/2002, Seção 1, pág.25), Resoluções e Regulamentos emanados do seu Conselho Superior e pelas Resoluções da Entidade Mantenedora.

I – INTRODUÇÃO

O Programa de Avaliação Institucional da Unicaldas – Faculdade de Caldas Novas foi elaborado para atender à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e cria a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES do Sistema Federal de Ensino.

O presente Programa foi elaborado com base na Portaria MEC nº 2.051, de 9/7/2004, e nos documentos *Diretrizes para a Auto-avaliação das Instituições* e *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, editados pelo INEP.

O Programa de Avaliação Institucional (PAI – UNICALDAS) será implementado e desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída por sua Diretoria.

II – O SINAES

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

São princípios fundamentais do SINAES:

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história das IES;
- compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- continuidade do processo avaliativo.

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

- **Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)** – centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:
 - auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES;
 - avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES;
- **Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)** – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas;
- **Avaliação do Desempenho dos Estudantes por meio do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE)** – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso. Estando prevista a utilização de procedimentos amostrais.

III – DIRETRIZES PARA A AUTO-AVALIAÇÃO

A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. Tal ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do entorno institucional. Assim, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social.

O processo de auto-avaliação deve fornecer uma visão global da instituição sob uma dupla perspectiva, segundo o documento *Diretrizes para a Auto-avaliação das Instituições*:

- o objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da instituição, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo os diferentes perfis e missões institucionais. Está compreendida, na avaliação da instituição, a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional com vistas a repensar sua missão para o futuro e
- os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativos e membros da comunidade externa, especialmente, convidados ou designados.

IV – OBJETIVOS

Respeitada a missão institucional, ainda segundo o documento *Diretrizes para a Auto-avaliação das Instituições*, o processo de auto-avaliação tem dois objetivos centrais:

- avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e
- privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

V – OBJETIVOS OPERACIONAIS

O PAI – UNICALDAS tem como principais objetivos:

- a) gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados;
- b) pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição;
- c) identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos;
- d) aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- e) fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- f) tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- g) julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- h) prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, o PAI – UNICALDAS deve sistematizar informações, analisar coletivamente os significados das realizações, desvendar formas de organização, administração e ação, identificar pontos fortes e potencialidades, bem como pontos fracos, e contribuir com estratégias de superação de problemas.

O PAI – UNICALDAS pressupõem algumas condições fundamentais, a saber:

- a) *equipe de coordenação* – a CPA – UNICALDAS – para planejar e organizar as atividades, manter o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade e fornecendo assessoramento aos diferentes setores da instituição, e refletir sobre o processo;
- b) *participação dos integrantes da instituição*, pois o envolvimento dos atores – por diferentes que sejam entre si – auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação;
- c) *compromisso explícito dos dirigentes* da instituição em relação ao processo avaliativo;

- d) *informações válidas e confiáveis*: a informação fidedigna é o elemento fundamental do processo avaliativo e sua disponibilização pelos órgãos pertinentes da instituição é prioritária;
- e) *uso efetivo dos resultados*: o conhecimento que a avaliação interna proverá à comunidade institucional deve ter uma finalidade clara de planejar ações destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional;
- f) *avaliação externa*: os resultados da auto-avaliação precisam ser submetidos ao olhar externo de especialistas; uma visão externa à instituição pode corrigir eventuais erros de percepção produzidos pelos agentes internos, atuando como um instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC.

VI – EQUIPE DE COORDENAÇÃO: A CPA

A Comissão Própria de Avaliação, a CPA – UNICALDAS, é o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional da Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A CPA – UNICALDAS foi constituída por ato do Diretor Geral e tem a seguinte composição:

- a) William Ferreira Silva, Diretor Acadêmico, seu coordenador;
- b) Elenilda Alves da Silva Barbosa e Rogério Rodrigues de Oliveira, representantes do corpo docente;
- c) Lais Garcia da Silva e Richelle Alves dos Santos, representantes do corpo discente;
- d) Valdeni de Almeida Martins e William Mendes Ferreira, representantes do corpo técnico-administrativo;
- e) Rulien Augusto Fillyp Galvão Gonzaga e Verediana Lopes Assunção, representantes da Mantenedora; e
- f) André Luis Ramos de Lima e Adão José da Silva, representantes da sociedade civil organizada.

A CPA – UNICALDAS funcionará junto à Diretoria Geral, que providenciará a infraestrutura física e tecnológica e os recursos humanos e financeiros necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

A CPA – UNICALDAS atua com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. O mandato dos membros da CPA – UNICALDAS é um

ciclo avaliativo, podendo haver recondução, sendo que sua dinâmica de funcionamento e a especificação das atribuições da estão regulamentadas neste documento, a ser aprovado pelo órgão colegiado máximo da Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS, devendo ser amplamente divulgado, quanto aos seus objetivos, equipe de coordenação, etapas, dimensões de avaliação e cronograma no sítio da IES www.unicaldas.edu.br e nos veículos de comunicação próprios da mesma.

VII – ETAPAS DA AVALIAÇÃO INTERNA

1. PLANEJAMENTO

A elaboração do Programa de Avaliação Institucional compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. O calendário deve contemplar os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários etc.), observando igualmente os prazos estabelecidos pela Portaria n.º 2.051/04, que regulamenta o SINAES.

O planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, deve levar em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências avaliativas anteriores.

2. SENSIBILIZAÇÃO

No processo de auto-avaliação, a sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros meios de comunicação. A sensibilização deve estar presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.

3. DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento do processo de avaliação institucional a CPA – UNICALDAS deve assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância dos prazos.

Esta etapa consiste especialmente na:

- realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- sistematização de demandas, idéias ou sugestões oriundas dessas reuniões;
- realização de seminários internos;
- definição da composição dos grupos de trabalho atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica;

- construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;
- definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho;
- definição de formato de relatório de auto-avaliação;
- definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- elaboração de relatórios; e
- organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

4. CONSOLIDAÇÃO

Esta etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final.

Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria contínua da qualidade da instituição e de um processo de aprendizagem acerca de si mesma e de seus principais processos.

A) RELATÓRIO

O relatório final de avaliação interna deve expressar o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de auto-avaliação. É importante que ele seja capaz de incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes.

Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando a diversidade do público leitor, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos.

O relatório final deve apresentar sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

B) DIVULGAÇÃO

A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, deve oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, podem ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação deve propiciar, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

C) BALANÇO CRÍTICO

Ao final do processo de auto-avaliação, é necessária uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras.

Deste modo, o processo de auto-avaliação proporcionará não só o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a instituição, como será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

VIII – DIMENSÕES A SEREM AVALIADAS

As dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional estão estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º. O documento *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, divulgado pelo INEP, serviu de base para a elaboração deste PAI - UNICALDAS e a operacionalização da avaliação das seguintes dimensões:

- a) A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
- b) A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- c) A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- d) A comunicação com a sociedade;
- e) As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- f) Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

- g) Infra-estrutura física e acadêmica, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- h) Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- i) Políticas de atendimento aos estudantes e egressos;
- j) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

1. MISSÃO E PDI

São avaliados nesta dimensão:

- a) finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais;
- b) concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- c) características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida;
- d) articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Nesta dimensão as seguintes questões podem ser avaliadas:

- o Existe uma formulação explícita e clara dos objetivos e finalidades da instituição?
- o Qual é o grau de conhecimento e apropriação do PDI pela comunidade acadêmica?
- o Existe coerência entre as ações e práticas realizadas na instituição e os propósitos formulados no PDI?
- o Existem mecanismos para comprovar sua realização efetiva, modificação e revisão?
- o Os dirigentes, docentes, técnicos administrativos e os órgãos colegiados participam dessas atividades?
- o Há articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito às políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão acadêmica e

administrativa e de avaliação institucional? Explícite as formas com que isso se concretiza.

- o Qual é o perfil esperado dos ingressantes?
- o Qual é o perfil esperado dos egressos da instituição?

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- o Projeto Pedagógico dos Cursos;
- o Regimento Interno da Unicaldas – Faculdade de Caldas Novas;
- o Normas internas e demais regulamentos específicos.

2. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A. ENSINO

A.1. GRADUAÇÃO

Em cursos sequenciais, tecnológicos, licenciaturas e bacharelados serão avaliados:

- a) concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- b) práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento, levando-se em consideração a realidade local e regional do entorno da IES e o conhecimento técnico-científico amplo e geral da área de conhecimento dos cursos ofertados;
- c) pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais, considerando ainda, o disposto no item anterior;
- d) práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

A avaliação deve responder, pelo menos, aos seguintes questionamentos:

- Com qual sistemática e periodicidade é feita a revisão de currículos? A periodicidade é adequada? Os mecanismos de atualização são adequados? Existem responsáveis pelo processo?
- Os currículos e programas de estudos de cada curso respondem ao perfil do egresso?
- Quais os critérios orientadores da atualização curricular?
- São desenvolvidos encontros para discutir os currículos dos cursos?
- Há discussão em relação às diretrizes curriculares nacionais?

A.2. PÓS-GRADUAÇÃO

A avaliação da pós-graduação, nos níveis ofertados pela instituição, abrangerá:

- a) políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato e stricto sensu*;
- b) política de melhoria da qualidade da pós-graduação;
- c) integração entre graduação e pós-graduação;
- d) formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

As seguintes questões podem ser avaliadas:

- Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de pós-graduação na instituição?
- A instituição desenvolve cursos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*)? Quantos? Qual a dimensão destas atividades?
- Os cursos oferecidos têm relação com as demais atividades acadêmicas da instituição? Qual seu impacto sobre elas?
- Há auxílio de verbas, interno ou externo para a realização dos cursos ou programas oferecidos?
- Os conceitos da avaliação da CAPES estão demonstrando a realidade dos cursos (*stricto sensu*)?
- Existe integração entre graduação e pós-graduação e entre ensino e pesquisa na instituição?

Documentação, dados e informações:

- Matrizes curriculares e/ou currículos dos cursos e programas ou planos de ensino.
- Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo.
- Programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes.
- Grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos à pesquisa.
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

Indicadores a serem analisados:

- atividades científicas (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros).
- conceitos da CAPES (quando houver programas de mestrado ou doutorado).
- atuação profissional dos egressos.
- publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).

B. PESQUISA

Na função Pesquisa, quando houver compromisso expresso da instituição, no PDI, serão avaliados:

- a) relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções;
- b) vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional;
- c) políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores, incluindo a iniciação científica;
- d) articulação da pesquisa com as demais funções acadêmicas;
- e) critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

As seguintes questões podem ser levantadas e analisadas:

- Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de pesquisa e produção científica na instituição?
- A produção científica da instituição é coerente com a sua missão e com os investimentos e políticas propostas para o seu desenvolvimento? E com as necessidades sociais e as exigências da ciência?
- Existem na instituição grupos de pesquisa cadastrados? Os projetos recebem apoio de agências de fomento?
- A instituição possui veículos de divulgação da produção intelectual, artística e cultural dos corpos docentes e técnico-administrativo (livros, revistas, jornais, editora)?
- A instituição promove fóruns que permitam a divulgação da iniciação científica desenvolvida pelos docentes, discentes e técnico-administrativos?
- Há políticas de auxílio aos membros da instituição em relação à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais? Descreva.
- Há políticas que auxiliem na formação de novos pesquisadores na instituição (bolsas, auxílios)?
- São desenvolvidas atividades que permitam a inter-relação do ensino com a pesquisa?
- Há apoio para o desenvolvimento de grupos de pesquisa com verbas de agências de fomento?
- Existem mecanismos que registrem a produção e o desenvolvimento das atividades dos pesquisadores da instituição?

C. EXTENSÃO

A Extensão deve ser avaliada em relação aos seguintes indicadores:

- a) concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI;
- b) articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;
- c) participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

Podem ser formulados os seguintes questionamentos:

- Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de extensão?
- Há preocupação da instituição em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros?
- Há sistemáticas de avaliação das atividades de extensão desenvolvidas pela instituição?
- Qual o impacto das atividades de extensão na comunidade e na formação dos estudantes?
- As atividades de extensão desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da instituição? Descreva as formas de integração.
- Quais as políticas existentes na instituição para o desenvolvimento das atividades de extensão?

3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A dimensão Responsabilidade Social inclui a avaliação dos seguintes aspectos:

- a) transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- b) natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- c) ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

As seguintes questões, pelo menos, devem ser abordadas:

- Quais os critérios adotados pela instituição para ampliar o acesso, inclusive os portadores de necessidades especiais ?
- Quais as ações desenvolvidas pela instituição no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados ou sub-representados no interior de cada segmento da comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários).

- A instituição contribui com a criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural da nação?
- Existem atividades institucionais em interação com o meio social? Em qual(is) área(s) (educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras)? Caracterização das atividades.
- Existem atividades vinculadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, ou outras? Quais?
- Existe uma avaliação sobre a forma em que as atividades de vinculação com o meio favorecem o desenvolvimento das finalidades da instituição? Como ela é feita?
- Existem políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida? Quais?
- A instituição favorece a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais? Desenvolve estratégias para a intervenção destes nas aulas? Possui políticas de contratação de pessoal (docentes e técnico-administrativos) com necessidades especiais?
- Quais as relações estabelecidas pela instituição com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho?
- Existem ações que visem à promoção da cidadania e de atenção a setores sociais?
- Existem ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores, captação de recursos?
- Existem políticas de formação de pesquisadores? De formação de docentes para educação básica e para educação superior?
- A instituição participa do PROUNI? Descrever e quantificar.

Documentação, dados e indicadores:

- Critérios que a instituição utiliza para a abertura de cursos e ampliação de vagas.
- Contribuição da instituição na criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural.
- Caracterização e pertinência das atividades da instituição nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras.
- Descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, partidos políticos ou outras.

- Evidências da vinculação dessas atividades com o desenvolvimento das finalidades da instituição.
- Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida.
- Lista de estudantes e docentes e pessoal técnico-administrativo portadores de necessidades especiais. Estratégias pedagógico-didáticas empregadas.
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.
- Relatório do PROUNI (quando houver).

4. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Nesta dimensão serão avaliados:

- a) estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- b) imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

As seguintes questões deverão ser abordadas:

- Quais são os meios de comunicação utilizados pela instituição?
- A comunicação é efetiva e comprometida com a missão institucional? Como se manifesta?
- A comunicação interna é freqüente? Quais os canais de comunicação utilizados?
- Existe uma adequada comunicação entre os membros da instituição?
- A informação entregue aos usuários da instituição é completa, clara e atualizada? A informação divulgada inclui os aspectos que dizem respeito às atividades da instituição? (objetivos, recursos, duração dos cursos, orientação sobre a formação, regimentos sobre admissão, titulação oferecida, lista de currículos diretivos e docentes, incentivos e bolsas para estudantes, valor da mensalidade, serviços, procedimentos burocráticos etc.).
- Há serviço de ouvidoria? Como funciona?
- Existem mecanismos de comunicação e sistemas de informação eficazes para a coordenação dos diferentes cursos e unidades?
- Existe uma estrutura de informação sobre a realidade institucional, as características do meio, os recursos e outros elementos semelhantes para avaliar o cumprimento das metas e objetivos?

Documentação, dados e indicadores:

- Meios e canais de comunicação utilizados para divulgar as atividades da instituição na comunidade externa.
- Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos.
- Folhetos e jornais para divulgação interna, existência de páginas Internet e Intranet. Análises sobre sua eficácia.
- Catálogo institucional, guia do aluno ou semelhante que contenha informações sobre projeto pedagógico do curso, disciplinas, créditos, horários de funcionamento e outros.
- Questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição.
- Questionários para os estudantes, docentes e pessoal técnico-administrativo indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações.
- Procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta.

5. POLÍTICAS DE PESSOAL

Nesta dimensão serão avaliados:

- a) planos de carreira para docentes e de cargos e salários para o pessoal técnico-administrativo, com critérios claros de admissão e de progressão;
- b) programas de qualificação / capacitação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos;
- c) clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

As seguintes questões devem ser objeto de investigação e análise:

- Qual a relação entre a quantidade de estudantes dos cursos e os recursos humanos (docentes e técnico-administrativo) existentes?
- O número de docentes e técnico-administrativos é suficiente para responder aos objetivos e funções da instituição?
- Existem mecanismos claros e conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo?
- A experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes, e a formação e experiência profissional dos técnico-administrativos permitem desenvolver com qualidade a missão institucional?

- Existem instâncias que permitam conhecer o grau de satisfação dos docentes com as condições de trabalho, os planos de estudos, os recursos e outros aspectos vinculados com sua função?
- Existem instâncias que permitam conhecer o grau de satisfação do pessoal técnico-administrativo com as condições de trabalho, os recursos e outros aspectos vinculados com sua função?
- Há instâncias que fomentam a qualificação / capacitação dos docentes e funcionários?
- Existem incentivos e outras formas de apoio para o desenvolvimento das suas funções?
- Existem políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida do pessoal técnico-administrativos?
- Existe integração entre os membros da instituição e um clima institucional de respeito?

Os seguintes documentos, dados e indicadores são necessários para a análise desta dimensão:

A. DOCENTES

Dados

- Quantidade de docentes em tempo integral, parcial e horistas. IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente.
- Quantidade de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho.
- Experiência profissional no magistério superior; experiência profissional fora do magistério superior; formação didático-pedagógica.
- Produção intelectual e científica do corpo docente.
- Critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho.
- Conceitos da CAPES nos programas de mestrado ou doutorado.
- Relação aluno/professor.
- Grau de envolvimento dos professores com a pós-graduação, a pesquisa e a extensão.

B. PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Dados

- Quantidade.

- Escolaridade.
- Envolvimento de funcionários técnico-administrativos com pesquisa e extensão.
- Experiência profissional.
- Critérios de ingresso na instituição.
- Critérios de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação.
- Avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos funcionários técnico-administrativos.
- Relação aluno/funcionário técnico-administrativo.

6. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Nesta dimensão serão avaliados:

- a) existência de plano de gestão ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real;
- b) funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;
- c) uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
- d) uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
- e) modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática);
- f) investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).

As seguintes questões podem ser objeto de análise:

- Existem procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões? Quais são?
- A gestão está orientada para resultados ou processos?
- Existem procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões? Quais são eles? Como funcionam?
- Existem instâncias de apoio, participação e consulta para tomar decisões? Como funcionam? O grau de centralização ou descentralização existente é adequado para a gestão institucional?
- Os sistemas de arquivo e registro são eficientes para dar conta das funções da instituição?

- Existem instruções normativas formuladas e conhecidas sobre os procedimentos institucionais (estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros)?
- Os órgãos colegiados funcionam permitindo a participação e a democracia interna, com critérios de composição?
- Existe um organograma institucional explicitando a hierarquia das funções e a dinâmica de funcionamento da instituição? É desenvolvido de acordo com o proposto? Outras funções e relações são estabelecidas fora do organograma institucional?

Documentos, dados e informações necessários:

- Atas dos órgãos colegiados.
- Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da instituição.
- Descrição do funcionamento do sistema de registro acadêmico e do sistema e recursos de informação.
- Mecanismos de controle de normas acadêmicas.

7. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA

Nesta dimensão serão avaliados:

- a) adequação da infra-estrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros serviços da infra-estrutura acadêmica) às funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- b) políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- c) utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

As seguintes abordagens podem subsidiar a avaliação desta dimensão:

- A quantidade de laboratórios é adequada para as necessidades da instituição em relação aos cursos e a quantidade dos estudantes?
- O espaço é suficiente para que os estudantes desempenhem as atividades programadas?
- Qual o nível de funcionalidade dos laboratórios, bibliotecas, oficinas, espaços experimentais?

- Qual o estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas e as carências mais relevantes?
- Os equipamentos dos laboratórios são adequados em quantidade e qualidade?
- Quais são as características dos laboratórios e bibliotecas quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza?
- A quantidade de postos na biblioteca e salas de leitura é adequada às necessidades dos usuários?
- Os horários e calendário da biblioteca respondem às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos?
- Os equipamentos da biblioteca têm a quantidade e qualidade necessárias?
- A organização dos materiais e o volume de consultas e empréstimos são adequados (Justifique)? São informatizados?
- Qual é a disponibilidade dos materiais em relação à demanda?
- Qual é a disponibilidade da bibliografia obrigatória (livros-texto) ou recomendada em relação à demanda?
- Qual o grau de satisfação dos usuários com relação ao sistema de acesso aos materiais e a sua consulta?
- Qual é a satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia?
- Qual é a satisfação dos estudantes com os laboratórios e as bibliotecas?
- Existem procedimentos claros para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários?
- São suficientes a infra-estrutura, as instalações e os recursos educativos?
- A instituição possui pessoal técnico-administrativo necessário para o uso e manutenção das instalações/infra estrutura?
- As instalações são adequadas e adaptadas para os estudantes com necessidades especiais?
- Há locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos?
- Há coerência entre as bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática e as práticas pedagógicas dos docentes?

Documentos, dados e informações para esta dimensão:

- Quantidade e condições de:
 - salas de aula;
 - instalações administrativas;

- salas de docentes;
- salas de reuniões;
- gabinetes de trabalho.
- salas de conferência/auditórios;
- instalações sanitárias.
- Áreas de convivência.
- Instalações especiais para portadores de necessidades especiais.
- Bibliotecas (central e setoriais); Bases de dados e bibliotecas virtuais; Quantidade de livros e periódicos (títulos e exemplares).
- Quantidade de laboratórios e de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo); condições uso; condições de acesso às redes externa (Internet) e interna (Intranet).
- Biossegurança; descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental.
- Questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos.

8. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Serão avaliados nesta dimensão:

- a) adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos;
- b) procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

Os seguintes aspectos devem ser objeto de análise:

- Existe um planejamento das atividades da instituição? Como funciona?
- O planejamento incorpora ações para a melhoria contínua? Existe relação entre a auto-avaliação e o planejamento?
- Quais são os mecanismos para a realização dessas ações?
- Existia avaliação institucional antes da implantação do SINAES? Desde quando? Com quais resultados? Como estava organizada?
- Existe consenso sobre os objetivos do processo de auto-avaliação?
- Houve acordos sobre a metodologia utilizada e os objetivos a atender? Como ocorreu?

- Houve, no decorrer do processo de auto-avaliação, as condições necessárias para uma avaliação efetiva?
- Houve participação suficiente para assegurar o comprometimento e a apropriação dos resultados da auto-avaliação da maior parte da comunidade?
- Foi possível colher e sistematizar as informações importantes disponíveis na instituição quando foi realizada a auto-avaliação? Foi necessário gerar informação adicional? Por quê?
- O processo de auto-avaliação permitiu gerar juízos críticos sobre a instituição?
- O relatório de auto-avaliação conseguiu comunicar bem as conclusões do processo de avaliação interna? Houve discussão dos resultados, dos relatórios, com a comunidade?
- Houve ações e mudanças imediatas como resultado do processo de auto-avaliação?
- Houve modificações incluídas no planejamento de futuras atividades?
- Que questões foram mantidas e quais mudaram para a continuidade do processo de auto-avaliação no âmbito do SINAES?
- Houve divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna?

Documentação, dados e indicadores desta dimensão:

- Projeto Pedagógico Institucional
- Projeto Pedagógico dos cursos
- Relatórios parciais de auto-avaliação.
- Relatório final de auto-avaliação.
- Ações decorrentes das conclusões da auto-avaliação.
- Eventos e seminários de difusão dos processos de auto-avaliação.

9. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Nesta dimensão serão avaliados:

- a) políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;
- b) políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil;

- c) mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas;
- d) acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

As seguintes devem ser levantadas para análise e avaliação:

- o Os critérios de admissão são conhecidos, discutidos e divulgados? Como são construídos?
- o Existem mecanismos de apoio acadêmico, compensação e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais?
- o Estão regulamentados os direitos e deveres dos estudantes? Como?
- o O processo de ensino contempla as condições acadêmicas de matrícula dos estudantes?
- o Existem mecanismos que permitam comprovar se foram alcançados os objetivos dos planos de estudos? Como funcionam?
- o Existem mecanismos para incorporar novas tecnologias no processo de aprendizagem? Como funcionam?
- o Existem indicadores para medir os resultados obtidos pelos estudantes? Quais? Como têm evoluído nos últimos cinco anos? São empregados os resultados na revisão e organização dos processos de aprendizagem?
- o Quais as condições institucionais desenvolvidas no que diz respeito às questões burocráticas (inscrições, transferências, horários e outros)?
- o Quais os aspectos positivos e negativos detectados no que diz respeito às políticas de atendimento ao estudante?
- o Quais as dificuldades? Existe um plano para superar as dificuldades detectadas?
- o Há instâncias que forneçam bolsas de ensino, pesquisa e extensão? Quais? Quantidade de bolsas e tipos.
- o Há instâncias que favoreçam a participação dos estudantes em eventos? Existem programas de mobilidade e intercâmbio? Estão baseados em normas e critérios para sua concessão? Quais são elas?
- o Há políticas claras de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes? Quais?
- o Há políticas de incentivo para a criação de empresas-júnior, incubadoras ou similares?
- o Há políticas de incentivo a estágios, intercâmbios com instituições e estudantes do exterior?

- Há programas e práticas de iniciação à ciência e de formação inicial de futuros pesquisadores?

Em relação aos egressos são avaliados:

- a) inserção profissional dos egressos;
- b) participação dos egressos na vida da Instituição.

As seguintes questões devem ser abordadas quanto aos egressos:

- Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética? Quais são?
- Qual a situação dos egressos? Qual o índice de ocupação entre eles? Há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida?
- Existem mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição? Quais?
- É utilizada a opinião dos empregadores dos egressos para revisar o plano e os programas? Como é feita?
- Existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos? Quais?
- Há participação dos egressos na vida da instituição? Como?
- Que tipos de atividades desenvolvem os egressos? Que contribuições sociais têm trazido?

Documentação, dados e indicadores para avaliação do atendimento a egressos::

- Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos.
- Dados sobre a ocupação dos egressos.
- Evidências de atividades de formação continuada para os egressos.
- Quantidade de:
 - candidatos ao processo seletivo;
 - ingressantes;
 - estudantes matriculados por curso;
 - estudantes com bolsas;
 - estudantes por turma (média);
 - bolsas e estímulos concedidos (monitoria, bolsas de iniciação científica, de trabalho, de extensão);
 - evasão (índice; motivos);
 - inadimplência;
 - intercâmbios realizados;
 - eventos realizados;
 - participações em eventos;

- trabalhos de estudantes publicados.

Indicadores:

- Tempo médio de conclusão do curso.
- Relação aluno/professor e aluno/funcionário técnico-administrativo.

10. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Nesta dimensão serão avaliados:

- a) sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;
- b) políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Questões a serem abordadas:

- No PDI, há relação entre a proposta de desenvolvimento da instituição e o orçamento previsto?
- Há compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e os recursos disponíveis?
- Os equipamentos necessários para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional são atualizados em número e em qualidade?
- Há uma política de espaço físico para atualização e adequação das instalações no atendimento das demandas da instituição?
- O orçamento é acompanhado e executado? Compõe o orçamento recursos para capacitação de recursos humanos?
- Existe controle entre as despesas efetivas e àquelas referentes à despesa correntes, de capital e de investimento?

Documentação, dados e informações:

- Orçamento que compõe o PDI.
- Planilha de contratação de pessoal docente e técnico-administrativo.
- Planilha de mensalidades escolares e de matrículas.

Indicadores:

- Relação orçamento/gastos (semestral e anual).
- Relação ingressantes/concluintes.
- Relação docentes e pessoal técnico-administrativo em capacitação/ capacitados.

- o Relação docente/técnico-administrativo (com referência a setores de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, tais como, hospitais universitários, teatros, rádios, atividades artísticas, esportivas e culturais, museus, fazenda experimental, zoológico etc.).

IX – METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DA AUTO-AVALIAÇÃO

A CPA – UNICALDAS definirá os indicadores e padrões de qualidade, a metodologia (incluindo análise e interpretação de dados) e os instrumentos a serem utilizados no processo de auto-avaliação e a periodicidade de avaliação de cada dimensão, mediante consultas aos diversos segmentos da comunidade acadêmica, atendida a Lei nº 10.861, de 2004, a Portaria MEC nº 2.051/2004, os documentos *Diretrizes para a auto-avaliação* e *Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições*, o Estatuto, o Regimento Geral, o Projeto Pedagógico-Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e demais documentos internos, aprovados pelo colegiado superior.

Anualmente, a CPA – UNICALDAS promoverá a avaliação desses mecanismos e da metodologia utilizados, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de auto-avaliação, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e atendimento às normas de avaliação da educação superior, aprovadas pelo Poder Público.

X – CRONOGRAMA

A implementação do processo de avaliação institucional (auto-avaliação e avaliação externa), pela CPA – UNICALDAS, obedecerá ao seguinte cronograma, tendo presente o prazo estabelecido no 1º, art. 13, da Portaria nº 2.051/2004.

O objetivo da CPA é avaliar todas as dimensões a cada ano, sendo sempre no final do primeiro semestre, para análise e divulgação no início do segundo semestre, visando sempre o fato de que, as ações propostas pela CPA, através do processo avaliativo possam ser levadas ao Conselho Superior e à Mantenedora para que sejam contemplados em orçamento e implementados, em caso de ações que requeiram maior aporte de capital.

Caldas Novas, 03 de março de 2008-08-12

Equipe CPA UNICALDAS